

No mato, crise política é fogo

Categories : [Marcos Sá Corrêa](#)

“Nunca imaginei que um dia estaria defendendo madeireira na Amazônia”, diz o biólogo Claudio Padua. Mas, até pouco tempo atrás, ele também não imaginava a bagunça que tomou conta das florestas no Pará. A madeireira, no caso, é a Cikel. Ela explora quase 250 mil hectares de madeira nativa no estado, com os selos do Forest Stewardship Council, uma ONG criada logo depois da Eco-92, para fazer em 57 países o que os governos locais não querem ou não podem fazer por suas matas. Ou seja, velar para que elas sejam, pelo menos, usadas com certa decência.

Mas uma das áreas onde a Cikel derruba árvores sem condenar a floresta ao regime do corte raso acaba de ser invadida por quase mil pessoas. Ela fica no município de Portel. Tem 140 mil hectares de selva mais ou menos intata, coisa cada vez mais rara, e por isso mesmo disputada, na região. Uma relíquia da “hiléia”, como dizia Humboldt no fim do século XIX e os livros escolares ainda repetiam nos anos 70, para ensinar aos brasileiros que sua Amazônia continuava tão virgem e inesgotável como a do naturalista alemão. Foi por isso, aliás, que o governo do coronel Alacid Nunes aquelas terras ao mineiro Alair Martins, que transformara um armazém em Uberlândia na maior empresa atacadista da América Latina. Se a floresta era indomável, só homens como ele poderiam desenvolvê-la.

Martins pretendia fazer ali a Martinslândia. Era um projeto feito sob medida para aqueles tempo em que trator derrubando árvore era, no cinema, a imagem viva do progresso brasileiro. Mas o plano gorou. E, a não ser pelos pastos, abertos para a criação de quase 6 mil cabeças de gado nelore em 6% da propriedade, o resto chegou praticamente intato às mãos da Cikel há três anos, quando o manejo certificado, com carimbo do Ibama, pareceu aos proprietários a alternativa mais segura a deixar a floresta, literalmente, no fogo. Manter tanta árvore de pé virou inatividade de alto risco no Pará, o vice-campeão nacional de desmatamento. E “madeireiro só respeita madeireiro”, segundo uma lenda paraense, inspirada pela rapina fundiária que assola o estado e desmentida agora pelas notícias que vêm de lá. A fazenda foi tomada em junho pelo “movimento dos sem-tora”, a nova vanguarda da pirataria florestal, cujo radicalismo é o da política de terra arrasada.

Pode-se não ter a menor simpatia por madeireira e latifúndio, como pelo visto as autoridades em Brasília não têm. Mas a ocupação veio bem na hora em que brotava entre os donos a primeira idéia clara sobre o que fazer com suas terras. Juscelino Martins, além de filho do patriarca e presidente do Tribanco, o braço financeiro do grupo, é conselheiro do Ipê, a ONG de Claudio Padua. O mesmo Ipê que, no Pontal do Paranapanema, convenceu o MST a plantar hortos para restaurar, na borda do Parque Estadual do Morro do Diabo, as matas que os assentados costumavam depenar, anda contando onça, ariranha, cachorro-do-mato-vinagre e outros bichos raros na fazenda dos Martins, para registrar a melhor parte de suas matas como Reserva Particular do Patrimônio Natural. Se tudo desse certo, criaria ali uma reserva contínua de 100 mil hectares, equivalentes a mais de três parques nacionais como o do Itatiaia. E poder público só

teria que entrar nessa empreitada com o mínimo de ordem no campo. Mas é exatamente essa a parte mais difícil.